


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0014856-66.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Assistência Judiciária Gratuita**
 Requerente: **Celso Boni**
 Requerido: **Alberto Martins Ferreira**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

Processo nº 2.262/12 – Apenso nº 01
 Impugnação à Assistência Judiciária

CELSO BONI, qualificado(s) na inicial, impugnou o benefício de assistência judiciária concedido a Alberto Martins Ferreira, também qualificado, alegando que o valor discutido na ação, referente a empréstimo de R\$ 28.500,00, não seria possível a uma pessoa pobre, aduzindo que o autor/impugnado ainda conta em seu patrimônio com um (01) imóvel de matrícula nº 98.197 e com dois (02) veículos *Fiat Palio*, de modo que requereu a revogação do benefício.

O autor/impugnado respondeu sustentando que o réu/impugnante não formulou a impugnação na primeira oportunidade em que lhe cabia falar nos autos, destacando já tenha havido trânsito em julgado da decisão que deferiu o benefício, além do que a própria demanda teria sido já julgada sem interposição de recurso, reclamando, no mais, a improcedência da impugnação.

O réu/impugnante replicou nos termos da inicial.

É o relatório.

Decido.

Com o devido respeito ao autor/impugnado, não há se exigir que a impugnação ao benefício da gratuidade seja apresentada "*na primeira oportunidade*", pois conforme está regulado no art. 7º da Lei nº 1.060/50, a postulação pode ser formulada "*em qualquer fase da lide*".

Por conseguinte, não tendo havido trânsito em julgado da decisão que extinguiu a ação, cabível a impugnação, pouco importando se o resultado desta implicará em benefício do advogado do impugnante, pois o que a lei tem por escopo é justamente coibir que pessoas que dispõe de condição econômico-financeira se beneficiem irregularmente do benefício da gratuidade.

No mérito, temos que o réu/impugnante trouxe aos autos prova documental que efetivamente demonstra que o autor/impugnado tem condição econômica que não admite sua qualificação como pobre, a ponto de não poder custear as despesas do processo.

As certidões das matrículas nº 98.917 (*fls. 06*), nº 97.146 (*fls. 08*), ambas do Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos, indicam a existência em seu patrimônio de imóveis que somam o valor venal de R\$ 317.732,06.

O autor/impugnado não nega a titularidade do domínio desses imóveis, havendo ainda dois (02) automóveis, igualmente não negados.

Logo, é de rigor concluir-se que a declaração de *fls. 06* dos autos principais é falsa


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

e que induz o Juízo em erro, ao conceder-lhe a gratuidade.

E vale destacar, não se cuida de caso de simples ponto de vista, como aqueles em que a posse de um único imóvel residencial de pequeno valor deixe a situação numa zona duvidosa de pobreza ou não.

Aqui a condição de farto patrimônio é manifesta, daí a gravidade da falsa declaração, razão pela qual acolhe-se a impugnação e, na forma prevista na *parte final* do §1º, art. 4º, da Lei nº 1.060/50, impõe-se ao autor/impugnado arcar com o pagamento do décuplo do valor das custas do processo, iniciais e finais, fique bem claro, com a devida correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da distribuição da ação.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente impugnação e em consequência REVOGO o benefício da assistência judiciária gratuita concedido ao autor/impugnado ALBERTO MARTINS FERREIRA, a quem CONDENO ao recolhimento, no prazo de quinze (15) dias, do décuplo do valor das custas do processo, sob pena de que seja extraída certidão e encaminhada à Procuradoria da Fazenda do Estado de São Paulo para as providências de inclusão na dívida ativa e execução fiscal.

P. R. I.

São Carlos, 04 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA